

# Nota Informativa

Edição 011/2024

## DESTAQUES

Governo se comprometeu a revogar MP que inclui desoneração da folha de pagamento, diz Pacheco

Ministério da Fazenda promove consulta sobre regulação econômica e concorrencial de plataformas digitais

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Conselheiro Alexandre Freire solicita elaboração de diagnóstico e estudos técnicos sobre uso de IA na infraestrutura de telecomunicações

Inteligência artificial generativa inaugura nova fase em cibersegurança

## REFORMA ADMINISTRATIVA

Governo trabalha para ter proposta de reforma administrativa

## REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma cria 'peneira' para compensação de empresas, diz Appy; objetivo é evitar judicialização

Governo vai propor até quatro tipos de cashback na regulamentação da reforma tributária

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Hermano Tercius é oficializado na secretaria de telecomunicações do MCom

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Renúncia só com desoneração é de R\$ 12,26 bilhões, diz Fazenda

Deficit primário foi de R\$ 233,3 bilhões em 2023, diz IFI

## EDUCAÇÃO

Mais de 4 mil escolas do Norte não têm internet adequada, dizem vistorias da Anatel

## JUDICIÁRIO

Cármem Lúcia relatará ação contra isenção de imposto de importação

## ORÇAMENTO

Planejamento analisa vetos a Orçamento

Tebet diz que Orçamento é plausível, após relatório do TCU

## POLÍTICA

Lula diz que defesa por desoneração é "pequenez" e cobra empresários

## RELAÇÕES EXTERIORES

Economista do BID será novo diretor-executivo do Banco Mundial para o Brasil e mais oito países

## DESTAQUES

### **Governo se comprometeu a revogar MP que inclui desoneração da folha de pagamento, diz Pacheco**

Poder Legislativo | 19/01/2024 – 10h21min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que o governo federal se comprometeu a revogar a medida provisória que trata da desoneração da folha de pagamento e editá-la para retirar esse tema. "A desoneração da folha de pagamento, tendo sido uma decisão do Congresso Nacional, a decisão valerá, e há um compromisso do governo federal em reeditar essa medida provisória", declarou Pacheco em evento com empresários brasileiros em Zurique (Suíça). O senador afirmou que caso a MP tratasse somente da desoneração, ela seria declarada inconstitucional e devolvida ao Planalto. Mas como inclui outros três temas, ele preferiu recorrer "ao diálogo" e chegou a esse consenso com o ministro Fernando Haddad (Fazenda). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Ministério da Fazenda promove consulta sobre regulação econômica e concorrencial de plataformas digitais**

Poder Executivo | 19/01/2024 – 15h13min

A Secretaria de Reformas Econômicas (SRE) do Ministério da Fazenda iniciou uma consulta pública para coletar comentários e sugestões sobre a regulação de aspectos econômicos e concorrenciais de plataformas digitais. As contribuições devem ser enviadas até 18 de março, por meio de um formulário on-line disponível na plataforma Participa+Brasil, pelo link <https://www.gov.br/participamaisbrasil/concorrenca-plataformas-digitais>. Os resultados ficarão disponíveis para consulta. O aviso da tomada de subsídios está publicado no Diário Oficial da União de sexta-feira (19/1). A Tomada de Subsídios busca reunir experiências e conhecimentos variados, reconhecendo as características únicas das plataformas digitais e suas implicações concorrenciais. O processo inclui um questionário detalhado, que procura entender as razões econômicas e concorrenciais para uma eventual regulação dessas plataformas no Brasil. O levantamento proposto questiona se a legislação de defesa da concorrência vigente é adequada para lidar com as complexidades das plataformas digitais e se adaptações seriam necessárias. Também discute o desenho regulatório de normas preventivas para essas plataformas: se novas regras seriam necessárias, a quais atores deveriam se destinar e como o Brasil se conecta ao contexto internacional. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

### Conselheiro Alexandre Freire solicita elaboração de diagnóstico e estudos técnicos sobre uso de IA na infraestrutura de telecomunicações

Poder Executivo | 19/01/2024 – 14h40min

O conselheiro diretor Alexandre Freire expôs, por meio de ofício enviado na quinta-feira, dia 18/01, a algumas superintendências da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), preocupações relativas ao uso de inteligência artificial (IA) na infraestrutura de telecomunicações, principalmente sobre a regulação de IA na elaboração de políticas setoriais e no uso de IA pelas prestadoras. Freire é o relator da proposta de alteração do Regulamento de Segurança Cibernética Aplicada ao Setor de Telecomunicações e o ofício foi encaminhado à Superintendência Executiva da Anatel (SUE) que coordenará o trabalho junto às outras Superintendências (SPR, SOR e SCO) e terão um prazo inicial de 90 dias para a elaboração de diagnóstico e estudos técnicos sobre o tema. Freire destacou que, com a evolução constante do setor de telecomunicações, houve um aumento expressivo no emprego de inteligência artificial (IA) para aprimorar eficiência operacional, inovação e serviços oferecidos aos usuários, que teria trazido vários desafios significativos em relação à segurança cibernética. “Esses desafios tornaram-se evidentes especialmente diante da potencial exploração maliciosa do uso da Inteligência Artificial”, declarou. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Inteligência artificial generativa inaugura nova fase em cibersegurança

Mercado | 19/01/2024

A inteligência artificial generativa está levando a uma nova era da cibersegurança, mas o ano de 2024 marcará uma inversão do contexto, passando de segurança para IA para IA para segurança, segundo assinalaram executivos da IBM em um evento para imprensa realizado nesta quinta-feira (18/01). “Vemos uma mudança drástica no comportamento não apenas no tipo de ataque, mas na indústria. Estão usando IA para escalar ou dar nova roupagem para ataques já conhecidos”, apontou Marcos Chaves, que atua na área de serviços de cibersegurança da IBM Consulting Latin America. “O cibercrime vai, cada vez mais, usar a inteligência artificial generativa e ela não mudará o cibercrime de forma iminente, mas o escalará”, acrescentou Fábio Mucci, líder de segurança da IBM Brasil. A inteligência artificial generativa ganhou tamanha repercussão, porque passou a fazer parte do dia a dia das pessoas e das empresas. “Não existe caminho futuro sem aplicação de inteligência artificial generativa. E, na segurança, a forma como se utiliza IA é muito importante”, disse Mucci, explicando que o uso de IA junto com automação é fundamental para diminuir o tempo de ataques, que, atualmente, entre a invasão e a efetiva perda de dados, gira em torno de 277 dias. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## REFORMA ADMINISTRATIVA

### Governo trabalha para ter proposta de reforma administrativa

Poder Executivo | 19/01/2024 – 05h

A reforma administrativa do governo deve ter novos desdobramentos com a reabertura dos trabalhos legislativos. Em meio às cobranças para que o governo avance sobre o corte de gastos, cresceu o temor de que o tema volte à pauta da Câmara dos Deputados, a partir de fevereiro, sem que o Executivo tenha uma proposta alinhada para colocar sobre a mesa. Uma fonte do Ministério da Gestão e da Inovação disse ao Valor que a ministra Esther Dweck tem expectativa de que a câmara técnica criada no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável, o “Conselhão”, para debater os temas voltados à reforma administrativa volte a se reunir no fim do mês. Além de representantes dos empresários e da sociedade civil, o colegiado tem quadros dos ministérios da Fazenda, Planejamento e Gestão. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## REFORMA TRIBUTÁRIA

### Reforma cria 'peneira' para compensação de empresas, diz Appy; objetivo é evitar judicialização

Poder Executivo | 19/01/2024 – 03h

A reforma tributária, promulgada em dezembro e agora em processo de regulamentação, cria uma "peneira" para a compensação das empresas que perderão os incentivos fiscais estaduais na nova sistemática. Em entrevista ao Estadão, o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirma que o objetivo é reduzir o risco de judicialização e aumentar a chance de vitória da União caso, inevitavelmente, algum pleito empresarial acabe na Justiça. "Há requisitos definidos na emenda constitucional, então as empresas terão de atender a esses requisitos para poder se beneficiar da compensação", explica Appy. "A peneira foi desenhada de forma a contemplar as situações em que as empresas teriam mais chances de ganhar na Justiça (no caso de pleitearem a compensação)", afirma. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Governo vai propor até quatro tipos de cashback na regulamentação da reforma tributária

Poder Executivo | 18/01/2024 – 23h15min

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai propor na regulamentação da reforma tributária até quatro tipos diferentes de cashback, como é chamada a devolução de parte dos tributos pagos por famílias de baixa renda. Para dois deles (energia elétrica e gás de cozinha), o texto da emenda constitucional já obriga o uso do instrumento. Nas negociações para a votação final da reforma na Câmara, em dezembro passado, o Executivo também se comprometeu a implementar o cashback para beneficiar as famílias consumidoras de serviços de saneamento (água e esgoto). Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Hermano Tercius é oficializado na secretaria de telecomunicações do MCom

Poder Executivo | 19/01/2024 – 10h50min

Foi publicada na edição do Diário Oficial da União desta sexta-feira, 19, a nomeação de Hermano Barros Tercius como novo Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (MCom). Tercius é servidor da carreira da Anatel e ocupava o posto de Superintendente de Fiscalização da agência. Pernambucano, o novo secretário do MCom é graduado em Engenharia Elétrica e mestre em Engenharia de Telecomunicações pela Unicamp, pós-graduado em Regulação de Telecomunicações pelo Inatel, além de ter MBA em Gerenciamento de Projetos pela FGV. "Com uma carreira sólida na Anatel desde 2005, Tercius ocupou diversos cargos, incluindo gerência Regional nos Estados da Bahia e Sergipe, assessor no Conselho Diretor e gerência de Fiscalização", apontou o MCom, em nota. O profissional também é autor de artigos científicos publicados no Brasil e no exterior. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

### Renúncia só com desoneração é de R\$ 12,26 bilhões, diz Fazenda

Poder Executivo | 18/01/2024 – 15h41min

A renúncia fiscal só com a desoneração da folha de salários de 17 setores custará R\$ 12,26 bilhões ao governo federal em 2024. O cálculo é do Ministério da Fazenda e foi divulgado na 5ª feira (18.jan.2024). O número não considera a perda de arrecadação com a redução de alíquota da contribuição previdenciária dos municípios de até 142 mil habitantes, que foi aprovada pelo Congresso. O Ministério da Fazenda disse que o valor de R\$ 12,26 bilhões não está previsto no Orçamento. E que, por isso, serão necessárias fontes de receita para compensar a perda. O governo enviou a MP (medida provisória) 1.212/2-23 para reonerar os 17 setores, mas o texto tem resistência do Congresso. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)

## Deficit primário foi de R\$ 233,3 bilhões em 2023, diz IFI

Poder Executivo | 18/01/2024 – 15h24min

A IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado Federal disse que o deficit primário do governo central (que reúne governo federal, Banco Central e Previdência Social) foi de R\$ 233,3 bilhões em 2023. Ao excluir os efeitos não recorrentes, como o pagamento de precatórios, o rombo foi de R\$ 134 bilhões. Em 2022, o governo central registrou superavit primário de R\$ 59,74 bilhões. Ou seja, o resultado primário piorou em R\$ 293 bilhões (ao considerar o deficit convencional de R\$ 233,3 bilhões) Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## EDUCAÇÃO

### Mais de 4 mil escolas do Norte não têm internet adequada, dizem vistorias da Anatel

Poder Executivo | 18/01/2024

Anatel atualizou esta semana o resultado das vistorias que estão sendo realizadas no âmbito do programa de Conexão das Escolas, em cinco estados do Norte além da Bahia e Maranhão, no Nordeste. O resultado confirma a enorme desigualdade social e territorial brasileira no direito à internet. Embora as vistorias tenham sido concluídas em 87% das 5.170 escolas públicas elegíveis para integrar o programa, que conta com os recursos do leilão do 5G, os números do grande fosso digital falam por si só: Das 4.522 escolas vistoriadas nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Roraima 52% delas não têm qualquer acesso à internet. E 44% não têm internet adequada (considerando-se ainda o critério, que está em debate no núcleo do governo, e pode ser alterado) de 1 Mbps por aluno. Nessas escolas, estão matriculados 690 mil brasileiros. O estado do Amapá é o que apresenta os piores indicadores: 88% das 77 escolas vistoriadas não têm qualquer acesso à internet e 12% ofertam a internet de baixa qualidade. Nelas, estudam 8.261 alunos. Roraima galga a dramática segunda posição, com 64% das 227 escolas vistoriadas sem internet e 36% com internet lenta, indicam as vistorias da Anatel. Fonte: Telesintese

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## JUDICIÁRIO

### Cármem Lúcia relatará ação contra isenção de imposto de importação

Poder Judiciário | 18/01/2024 – 19h47min

A ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Cármem Lúcia será a relatora da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra a isenção de impostos para importação para bens de pequeno valor (até US\$ 50 ou cerca de R\$ 245) destinados a pessoas físicas no Brasil. A relatoria foi sorteada na 5ª feira (18.jan). A ação foi protocolada pela CNC (Confederação Nacional do Comércio) e pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) na 4ª feira (17.jan). As confederações alegam que a medida viola questões como a isonomia no mercado, a livre concorrência, o mercado interno como patrimônio nacional e o desenvolvimento do país. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ORÇAMENTO

### Planejamento analisa vetos a Orçamento

Poder Executivo | 19/01/2024 – 05h

O Ministério do Planejamento e Orçamento vai analisar nos próximos dias as estimativas de arrecadação com as medidas aprovadas pelo Congresso no ano passado, a fim de propor possíveis vetos à LOA de 2024. A afirmação foi feita na quinta-feira (18) pela titular da pasta, Simone Tebet. Na terça-feira, o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou relatório que apontava que o Orçamento deste ano tinha receitas superestimadas e despesas subestimadas que poderiam gerar déficit primário de R\$ 55,3 bilhões. “Temos até 22 de janeiro para mandar possível veto à LOA”, disse Tebet ao chegar

para reunião na vice-presidência da República. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Tebet diz que Orçamento é plausível, após relatório do TCU**

Poder Executivo | 18/01/2024 – 16h28min

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2024/01/19/lei-do-carf-pode-impulsionar-mercado.ghtml><https://valor.globo.com/financas/noticia/2024/01/19/lei-do-carf-pode-impulsionar-mercado.ghtml><https://valor.globo.com/financas/noticia/2024/01/19/lei-do-carf-pode-impulsionar-mercado.ghtml>As projeções de receita inseridas no Orçamento de 2024 são plausíveis e razoáveis, disse nesta quinta-feira (19) a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Ela respondeu a um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou receitas superestimadas e um possível déficit primário de até R\$ 55,3 bilhões neste ano. “O Ministério do Planejamento e Orçamento recebe do Ministério da Fazenda as receitas previstas. Nós checamos, entendemos que era razoável aquilo que foi apresentado e constou no Orçamento. Então agora é hora, neste ano, de executar o Orçamento à luz da estimativa que fizemos do crescimento do país e, obviamente, consequentemente, do crescimento da receita. O Ministério do Orçamento checou, uma a uma, as receitas apresentadas pelo Ministério da Fazenda e vimos que era plausível e, portanto, colocamos no orçamento”, disse Tebet, ao chegar ao Palácio do Planalto. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **POLÍTICA**

### **Lula diz que defesa por desoneração é “pequenez” e cobra empresários**

Poder Executivo | 18/01/2024 – 19h28min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse na 5ª feira (18.jan.2024) que o Brasil não pode ficar “subordinado à pequenez” de quem defende que o governo mantenha a desoneração da folha de pagamento. O presidente reclamou que os empresários que participam das negociações com o governo não apresentam contrapropostas que possam beneficiar os trabalhadores. “Esse país é muito grande, não pode ficar subordinado à pequenez de umas pessoas que agora estão brigando para que a gente faça a desoneração da folha de salário. Por acaso esses empresários que fazem essa proposta oferecem para nós uma contrapartida? [...] Por que não garantem estabilidade para os trabalhadores durante todo o período de trabalho? Por que não garantem que uma parte do que vão lucrar com a desoneração seja distribuída em forma de salário para os trabalhadores? Só eles querem, só eles desejam”, disse. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **RELAÇÕES EXTERIORES**

### **Economista do BID será novo diretor-executivo do Banco Mundial para o Brasil e mais oito países**

Poder Executivo | 18/01/2024 – 16h51min

O economista Marcos Vinicius Chiliatto será o novo diretor-executivo para o Brasil e mais oito países do Banco Mundial. Indicado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, Chiliatto assume o posto em 5 de fevereiro. Ele vai substituir Eivaldo Gomes, escolhido na gestão de Paulo Guedes na Fazenda. Os outros países da diretoria-executiva do Brasil são Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Filipinas, Suriname e Trinidad e Tobago. De 2012 a 2016, Chiliatto foi assessor da diretoria-executiva do Brasil e do Suriname no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Entre 2016 e 2019, o economista trabalhou na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2019, voltou ao BID como funcionário de carreira. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

